

# Termo de Referência 47/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA	ALAN DE SOUZA SUEDEDE	10/09/2024 13:25 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08255.004198/2024-04

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alvos de papel para utilização nos treinamentos de armamento e tiro do efetivo policial lotado na SR/PF/BA e delegacias descentralizadas do Estado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

#### ORGÃO GERENCIADOR - UASG 200346

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO	IMAGEM DE REFERÊNCIA
		<p><b>ALVO FOGO CENTRAL</b></p> <p>Alvo de fogo central preciso, impresso em papel offset 180g com as seguintes características:</p> <p>- Medida interna do alvo: 50cm de diâmetro;</p> <p>- medida final do papel: 66cm(alt.) x 52cm(larg.), sendo 10 circunferências concêntricas com a mais externa</p>					

	<p>medindo 50 cm de diâmetro, a seguintes de forma decrescente e sucessivamente 45cm, 40cm, 35cm, 30cm, 25cm, 20cm, 15cm, 10cm e 5cm; com uma circunferência central medindo 2cm de diâmetro.</p> <p>Cada circunferência deverá conter a inscrição do número referente à respectiva pontuação.</p> <p>Das cores: As circunferências de fora para dentro, da 1ª à 6ª serão na cor preta – da 7ª à 10ª na cor branca e a referência central na cor preta.</p> <p>A separação entre cada nível de pontuação do tipo fogo central se dará com linhas pontilhadas na cor branca da 1ª à 6ª circunferência e na cor cinza escuro da 7ª à 10 circunferência.</p> <p>As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls;</p>						
1	Unidade	9.000	R\$ 2,90	R\$ 26.100,00	<p>Conforme imagem de referência abaixo: Item 1 - ALVO FOGO CENTRAL</p>		

		mês e ano de produção.					
		Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.					
		<b>ALVO QUATRO CORES</b>					
		Alvo 4 cores, impresso em papel offset 180g, medindo 66cm(alt.) x 46cm(larg.), com 4cm de margem na cor branca, contendo quatro retângulos, medindo cada um 31x22cm, nas cores e seguinte disposição gráfica:					
		Superior Esquerda: Amarela (Yellow 100%)					
		Superior Direta: Verde (40% Cyan +100% Yellow)					
		Inferior esquerda: Vermelho (90% Magenta + 90% Yellow)					
		Inferior direita: Azul (70% Cyan)					
		Cada retângulo colorido deverá conter 3 circunferências concêntricas sendo a mais externa com 20cm de diâmetro					
	<b>2</b>		Unidade	5.000	R\$ 2,68	R\$ 13.400,00	Conforme imagem de referência abaixo:

	<p>e a inscrição do número “3”, a segunda com 15cm de diâmetro e a inscrição do número “4” e terceira com 10cm de diâmetro e a inscrição do número “5” e circunferência central na cor preta medindo 2cm.</p> <p>A separação entre cada circunferência será feita com linhas pontilhadas na cor cinza escuro.</p> <p>As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção.</p> <p>Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.</p>					Item 2 - ALVO QUATRO CORES
	<p><b>ALVO SILHUETA PADRÃO</b></p> <p>Alvo de Silhueta impresso em papel offset 180g, na medida do papel 66cm(alt.) x 46cm (larg.), com a silhueta do corpo humano medindo</p>					

		<p>65cm(alt.) x 29cm (larg.) distribuídos da seguinte forma:</p> <p>Cabeça 12cm, ombros 29cm, tórax 25cm, cintura 22cm, culote 27cm, e pernas 23cm.</p> <p>Referências circulares centrais: na cabeça, no peito medem cada uma 2cm de diâmetro na cor preta.</p> <p>A disposição visual com áreas de pontuação delimitadas nas linhas em cor cinza deverão seguir o padrão do modelo disponibilizado pelo Contratante.</p>					
	<b>3</b>	<p>Cada área deverá conter a inscrição do número referente à respectiva pontuação.</p> <p>Nas três laterais do alvo, onde não há o logo tipo do SAT, incluir um retângulo em branco para anotações diversas, contendo 10 x 4cm. Tais retângulos devem estar posicionados com uma margem de 1 cm do limite superior, lateral e inferior, respectivamente.</p> <p>As resmas de</p>	Unidade	15.000	R\$ 2,70	R\$ 40.500,00	<p>Conforme imagem de referência abaixo:</p> <p>Item 3 - ALVO SILHUETA PADRÃO</p>

	<p>Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção.</p> <p>Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.</p>					
	<p><b>ALVO ABCD</b></p> <p>Alvo modelo ABCD, impresso em papel offset 180g, tamanho aproximado de 65cmx45cm, com 4 alvos circulares impressos, cada um em um quadrante, identificados pelas letras A, B, C, D, respectivamente, medindo cada um 15 cm de diâmetro, sendo o alvo A no quadrante superior esquerdo, B no quadrante superior direito, C no quadrante inferior esquerdo e D no quadrante inferior direito. Descrição do alvo circular: diâmetro de 15cm com borda externa de 5mm na cor preta, sua parte interna é separada</p>					

<b>Grupo 1</b>	<b>4</b>	<p>em quatro quadrantes com uma linha ligando o 0° ao 180° e outra linha ligando o 270° ao 90°, ambas as linhas com borda de 2mm na cor preta e, o centro do alvo com referência circular de diâmetro de 35mm na cor preta. As letras ABCD com tamanho de 5cm x 5cm na cor preta.</p> <p>As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção.</p> <p>Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.</p>	Unidade	4.000	R\$ 2,62	R\$ 10.480,00	Conforme imagem de referência abaixo: Item 4 - ALVO ABCD
		<p><b>ALVO FIGURAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS</b></p> <p>Alvo impresso em papel offset 180g, na medida do papel 66cm(alt.) x 46cm(larg.), contendo as seguintes figuras geométricas: quadrado vermelho</p>					

	<p>(90% Magenta + 90% Yellow) medindo 19cm cada lado, posicionado na parte superior alinhamento centralizado; círculo azul (70% Cyan) medindo 20cm diâmetro, posicionado no centro alinhamento à esquerda; triângulo verde (Cyan 100% e Yellow 100%) medindo 21cm cada lado, posicionado no centro alinhamento à direita; retângulo amarelo (Yellow 100%) medindo 29cm de largura e 18cm altura, posicionado na parte inferior alinhamento centralizado.</p> <p>Todos os alvos deverão conter o símbolo do SAT.</p> <p>As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção.</p> <p>Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para</p>	Unidade	4.000	R\$ 2,09	R\$ 8.360,00	<p>Conforme imagem de referência abaixo:</p> <p>Item 5 - ALVO FIGURAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS</p>
5						



		análise e aprovação.					
	6	<p><b>ALVO CORINGA SAT</b></p> <p>Alvo impresso em papel offset 180g, na medida do papel 66cm(alt.) x 46cm(larg.), com a silhueta do corpo humano medindo 65cm(alt.) x 32 (larg.) distribuídos da seguinte forma:</p> <p>Cabeça 19cm(alt.), ombros 32cm (larg.), tórax 25cm (larg.), cintura 22cm (larg.)</p> <p>Referência retângulo face: 5cm (alt.) x 8cm(larg.)</p> <p>Referências circular central: no tórax 17cm diâmetro.</p> <p>Referências barras paralelas no tórax: 3mm espessura, 24cm(alt.) e 6,5cm de distância.</p> <p>Formas geométricas lado direito: Quadrado azul (C93%, M95%) laterais 8cm, com número 1 escrito em preto; triângulo (C10%, Y95%) laterais 8cm, com número 3 escrito em preto, círculo vermelho (C16% M96% K%6 Y%89) 8cm</p>	Unidade	5.000	R\$ 2,25	R\$ 11.250,00	Conforme imagem de referência

	<p>(diâmetro), com número 5 escrito em preto. Formas geométricas lado esquerdo: Círculo verde (C90% M32% K25% Y93%) 10cm (diâmetro) com número 2 escrito em preto, Círculo amarelo (C10% Y95%) 10cm (diâmetro) com número 4 escrito em preto. Os números no interior das figuras geométricas medem 6,5cm.</p> <p>Todos os alvos deverão conter o símbolo do SAT. As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção.</p> <p>Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.</p>					<p>abaixo:</p> <p>Item 6 - ALVO CORINGA SAT</p>
	<p><b>ALVO SAT - MÚLTIPLOS</b></p> <p>Alvo impresso em papel offset 180g, no papel medindo 66cm(altura) por</p>					

	46cm(largura), contendo 4 retângulos na seguinte disposição gráfica:  Retângulo superior esquerdo: 33cm (altura) por 23 (largura). Composto pelo recorte do alvo fogo central padrão SAT – item 1 TR – (circunferências 10ª a 6ª) proporcional às medidas do quadrante correspondente à sua área de abrangência.  Retângulo superior direito: 33cm (altura) por 23cm (largura). Composto por duas barras paralelas com 23cm(altura) e distância interna de 7cm entre elas, medindo 4 mm de espessura. Cor interna #B3B3B3, R 179, G 179, B 179.  Retângulo inferior esquerdo: 33cm (altura) por 23 cm (largura). Composto pelo alvo DOT SAT – item 8 TR – proporcional às medidas do quadrante correspondente à sua área de abrangência.						
7		Unidade	5.000	R\$ 2,21	R\$ 11.050,00	Conforme imagem de referência abaixo: Item 7 - ALVO SAT - MÚLTIPLOS	

	<p>Retângulo inferior direito: 33cm (altura) por 23cm (largura). Composto pelo recorte do alvo silhueta padrão SAT – item 3 TR – (até a circunferência de 4 pontos) proporcional às medidas do quadrante correspondente à sua área de abrangência.</p> <p>Todos os alvos deverão conter o símbolo do SAT. As resmas de Alvos deverão ser embaladas em número de 200 fls, contendo uma etiqueta nas 06 faces informando: tipo de alvo; quantidade de fls; mês e ano de produção. Durante a licitação, deverá ser apresentado amostra para análise e aprovação.</p>					
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF/BRASÍLIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	45000	R\$ 2,90	R\$ 130.500,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	20000	R\$ 2,68	R\$ 53.600,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	45000	R\$ 2,70	R\$ 121.500,00
4	Alvo ABCD	Unid.	15000	R\$ 2,62	R\$ 39.300,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	7000	R\$ 2,09	R\$ 14.630,00

6	Alvo coringa SAT	Unid.	20000	R\$ 2,25	R\$ 45.000,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	10000	R\$ 2,21	R\$ 22.100,00
TOTAL					R\$ 426.630,00

200380 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC/RIO BRANCO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	6000	R\$ 2,90	R\$ 17.400,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	4000	R\$ 2,68	R\$ 10.720,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	12000	R\$ 2,70	R\$ 32.400,00
4	Alvo ABCD	Unid.	2000	R\$ 2,62	R\$ 5.240,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	2000	R\$ 2,09	R\$ 4.180,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	5000	R\$ 2,25	R\$ 11.250,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	4000	R\$ 2,21	R\$ 8.840,00
TOTAL					R\$ 90.030,00

200338 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF/BRASÍLIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	500	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	1500	R\$ 2,68	R\$ 4.020,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	3000	R\$ 2,70	R\$ 8.100,00
4	Alvo ABCD	Unid.	300	R\$ 2,62	R\$ 786,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	300	R\$ 2,09	R\$ 627,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	300	R\$ 2,25	R\$ 675,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	300	R\$ 2,21	R\$ 663,00
TOTAL					R\$ 16.321,00

200352 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES/VILA VELHA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	6000	R\$ 2,90	R\$ 17.400,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	3000	R\$ 2,68	R\$ 8.040,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	10000	R\$ 2,70	R\$ 27.000,00
4	Alvo ABCD	Unid.	3000	R\$ 2,62	R\$ 7.860,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	3000	R\$ 2,09	R\$ 6.270,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	3000	R\$ 2,25	R\$ 6.750,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	3000	R\$ 2,21	R\$ 6.630,00
TOTAL					R\$ 79.950,00

200350 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MG/BELO HORIZONTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	2500	R\$ 2,90	R\$ 7.250,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	2500	R\$ 2,68	R\$ 6.700,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	2500	R\$ 2,70	R\$ 6.750,00
4	Alvo ABCD	Unid.	2500	R\$ 2,62	R\$ 6.550,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	2500	R\$ 2,09	R\$ 5.225,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	2500	R\$ 2,25	R\$ 5.625,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	2500	R\$ 2,21	R\$ 5.525,00
TOTAL					R\$ 43.625,00

200354 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS/CAMPO GRANDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	9000	R\$ 2,90	R\$ 26.100,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	15000	R\$ 2,68	R\$ 40.200,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	5000	R\$ 2,70	R\$ 13.500,00
4	Alvo ABCD	Unid.	4000	R\$ 2,62	R\$ 10.480,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	4000	R\$ 2,09	R\$ 8.360,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	4000	R\$ 2,25	R\$ 9.000,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	4000	R\$ 2,21	R\$ 8.840,00
TOTAL					R\$ 116.480,00

200384 - SUPERINT.REGIONAL DE P.FEDERAL NO EST.DE RR/BOA VISTA


ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Alvo de Fogo Central	Unid.	3000	R\$ 2,90	R\$ 8.700,00
2	Alvo quatro cores	Unid.	1500	R\$ 2,68	R\$ 4.020,00
3	Alvo silhueta padrão	Unid.	2500	R\$ 2,70	R\$ 6.750,00
4	Alvo ABCD	Unid.	2000	R\$ 2,62	R\$ 5.240,00
5	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	2000	R\$ 2,09	R\$ 4.180,00
6	Alvo coringa SAT	Unid.	1000	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
7	Alvo SAT múltiplos	Unid.	2000	R\$ 2,21	R\$ 4.420,00
TOTAL					R\$ 35.560,00

TOTAL GERAL

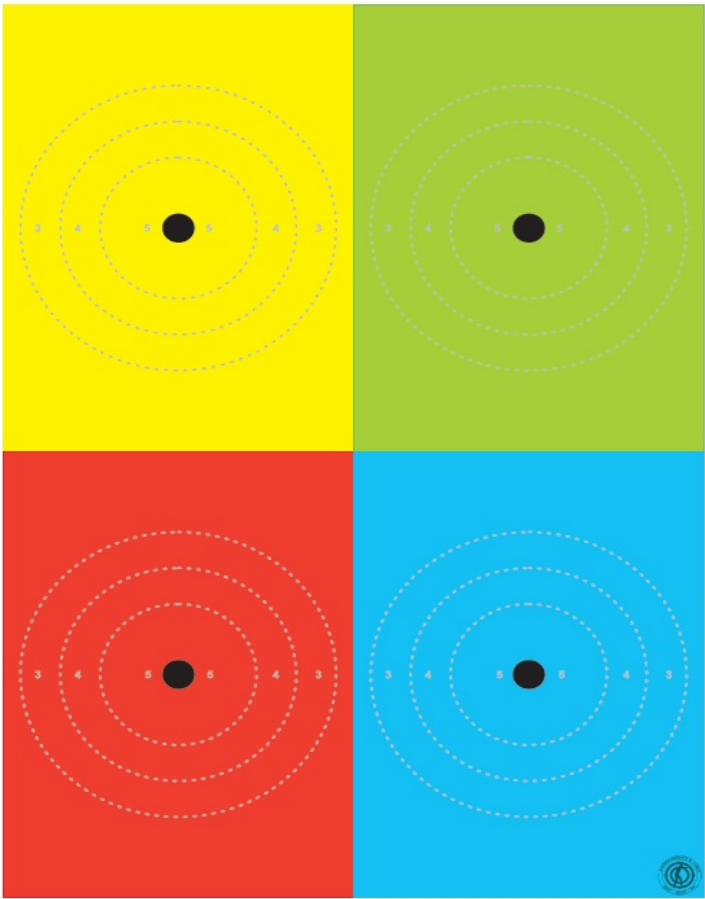
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-------	------	-----------	-------------------	------------	----------------	-------------

01	01	Alvo de Fogo Central	Unid.	81.000	R\$ 2,90	R\$ 234.900,00
	02	Alvo quatro cores	Unid.	52.500	R\$ 2,68	R\$ 140.700,00
	03	Alvo silhueta padrão	Unid.	95.000	R\$ 2,70	R\$ 256.500,00
	04	Alvo ABCD	Unid.	32.800	R\$ 2,62	R\$ 85.936,00
	05	Alvo figura geométricas coloridas	Unid.	24.800	R\$ 2,09	R\$ 51.832,00
	06	Alvo coringa SAT	Unid.	40.800	R\$ 2,25	R\$ 91.800,00
	07	Alvo SAT múltiplos	Unid.	30.800	R\$ 2,21	R\$ 68.068,00
	TOTAL			357.700		R\$ 929.73600

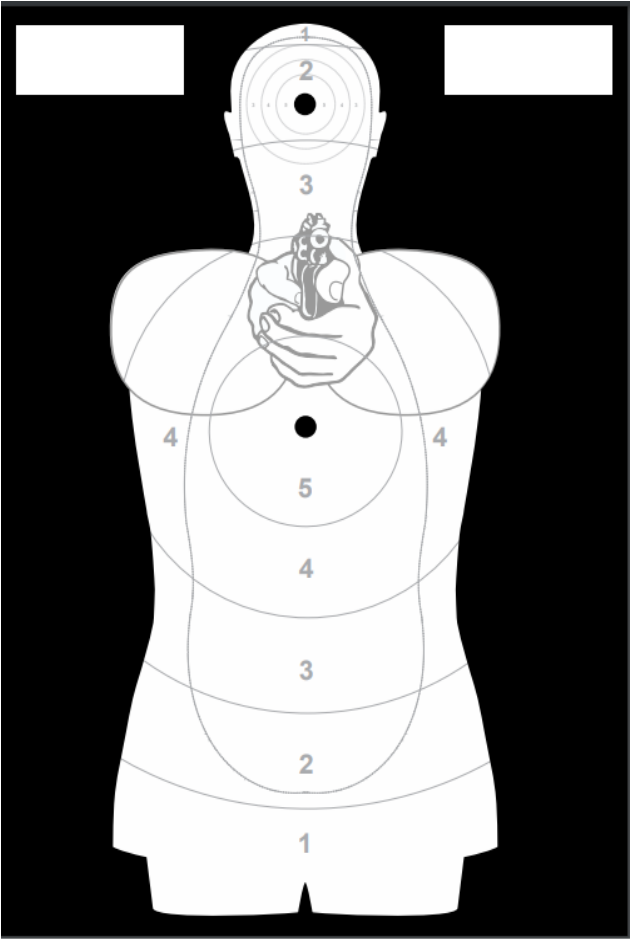
\*IMAGENS DE REFERÊNCIA DOS ITENS:

GRUPO	ITEM	IMAGEM DE REFERÊNCIA
	Item 1 - ALVO FOGO CENTRAL	

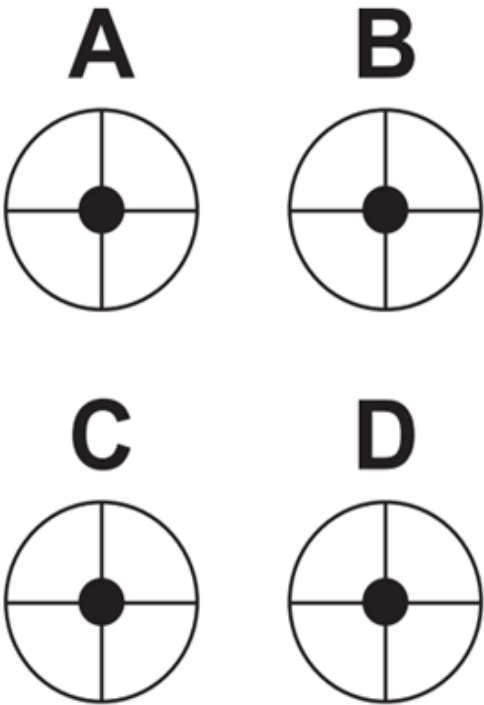
Item 2 - ALVO  
QUATRO  
CORES



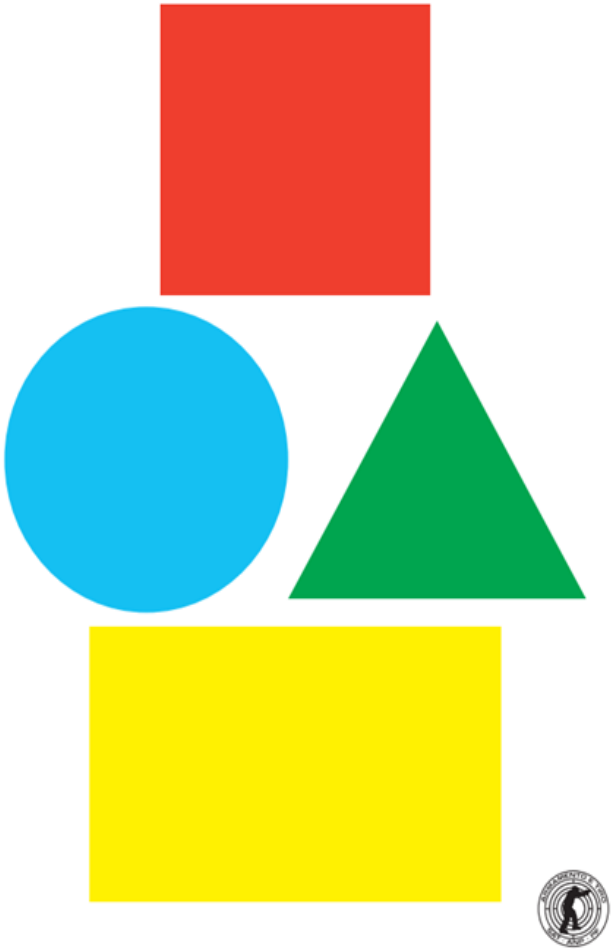


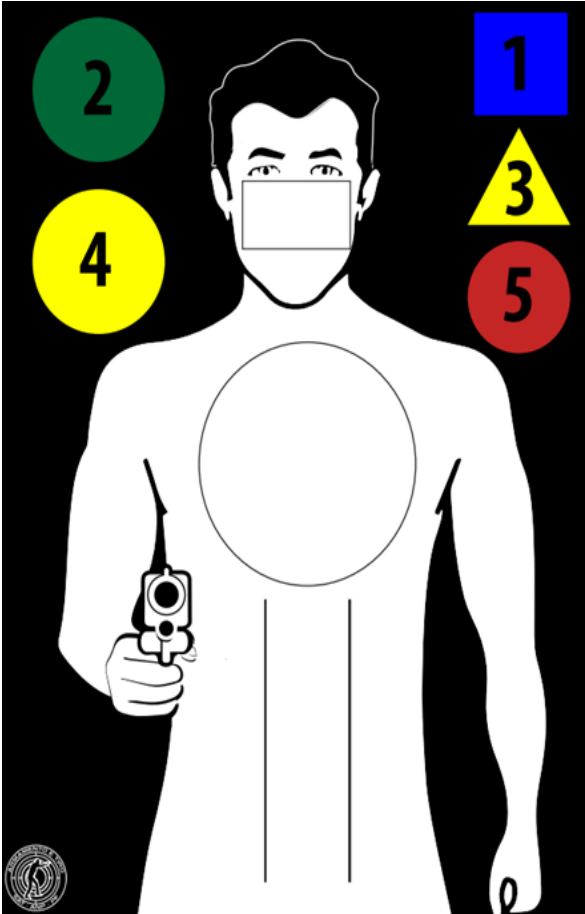
	<p><b>Item 3 - ALVO SILHUETA PADRÃO</b></p>	
	<p><b>Item 4 - ALVO ABCD</b></p>	

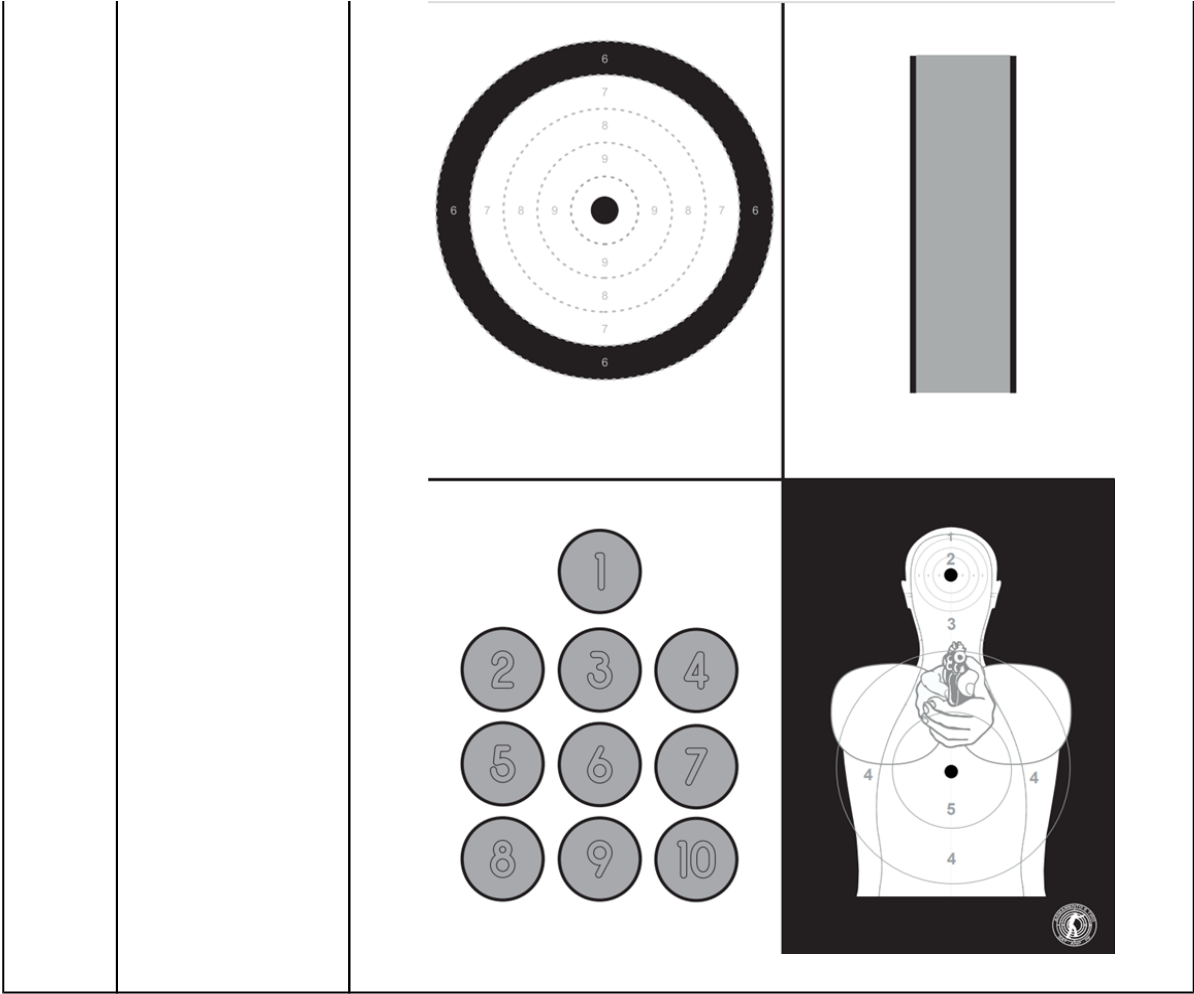
Grupo  
1



**Item 5 - ALVO  
FIGURAS  
GEOMÉTRICAS  
COLORIDAS**



<p><b>Item 6 - ALVO CORINGA SAT</b></p>	
<p><b>Item 7 - ALVO SAT - MÚLTIPLOS</b></p>	



1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da respectiva nota de empenho ou assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo haver prorrogação por no máximo, 05 (cinco) anos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
	1	ALVO FOGO CENTRAL	Unidade	9.000
	2	ALVO QUATRO CORES	Unidade	5.000

Grupo 1	3	ALVO SILHUETA PADRÃO	Unidade	15.000
	4	ALVO ABCD	Unidade	4.000
	5	ALVO FIGURAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS	Unidade	4.000
	6	ALVO CORINGA SAT	Unidade	5.000
	7	ALVO SAT - MÚLTIPLOS	Unidade	5.000

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar 28/2024, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 , conforme detalhamento número de contratação 200346-90079/2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar (ETP) 28/2024, apêndice deste Termo de Referência (TR), além de que todos os itens estão descritos e pormenorizados tanto no referido ETP, quanto no item "1. Definição do objeto" deste TR.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da CONTRATADA como requisito previsto em lei especial.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras de todos os itens deste Termo de Referência.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001, no prazo limite de 10 (dez) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. Itens 01 a 07, serão avaliados conforme especificações e imagens de referência constantes no item 1. Definição do Objeto" deste documentos.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 05 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Subcontratação**

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos, pelas razões abaixo justificadas:

4.14.1. Não há necessidade de tal exigência em razão da forma de execução e dos critérios de aceitação do objeto.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da respectiva nota de empenho ou assinatura do contrato, a remessa será de acordo com a ordem de fornecimento, no seguinte endereço Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, bairro Água de Meninos, Salvador-BA, CEP 40.460-130.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7 O fornecedor deverá enviar amostra para aprovação pelo órgão antes do envio definitivo do material.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#) ).

#### Fiscalização Administrativa



6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO com Sistema de Registro de Preços, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será em compras parceladas, por meio de formação de ata de registro de preços para aquisição pela administração à medida da necessidade dos itens que compõe cada grupo.

**Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
  - 8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
  - 8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
  - 8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença

dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 121.140,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 121.140,00 (cento e vinte mil, cento e quarenta ), conforme custos unitários apostos na tabela de itens constante no item "1. Definição do Objeto" deste Termo de Referência.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do processo licitatório.

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIANO RAMOS CARDOSO**

Setor requisitante

